

O Congresso mostra sua força

Na última sexta-feira, o ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, queixava-se a um interlocutor de que o governo cometera uma imprevidência ao manter no Orçamento Geral da União para o próximo ano a rubrica *Reserva de Contingência* de forma tão aparente e sujeita a cortes imprevistos na Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional.

A *Reserva de Contingência*, que normalmente é usada pelo governo para cobrir despesas imprevistas como enchentes ou secas, carrega um bolo de Cr\$ 150 bilhões, ou 1,4% do total do orçamento. O temor do governo, no caso, é de que fique em dificuldades de caixa caso seja obrigado a lançar mão desses recursos para cobrir despesas com acidentes climáticos.

A queixa do ministro do Planejamento, na verdade, tem procedência: ela mostra a preocupação do governo — até então acostumado a baixar o orçamento por decreto-lei sem qualquer tipo de discussão — com as atividades da Comissão de Orçamento e com os poderes que foram dados ao Congresso Nacional pela nova Constituição. A votação do orçamento para 1989 será o primeiro grande embate entre o Executivo e o Legislativo.

A campanha política esvaziou o Congresso depois da promulgação da Constituição, mas a Comissão de Orçamento está atuando firmemente para mostrar que tem poder nas mãos suficiente para dispor das verbas e, em alguns casos, mudar totalmente o destino dos recursos previamente acertados pelo governo.

Os 35 parlamentares da Comissão apresentaram, até a última sexta-feira, mais de 400 emendas propondo modificações nas diversas rubricas da Lei de Meios para o próximo ano. A expectativa é de que até amanhã, quando se encerra o prazo para a apresentação de emendas, novas e importantes modificações sejam feitas, o que está deixando o governo preocupado.

De qualquer forma, as tentativas de mudanças no orçamento podem ser consideradas até tímidas, o que é perfeitamente desculpável para quem não está acostumado à prática democrática. Em outros países com tradição de um parlamento forte, a discussão do orçamento é acompanhada com destaque pela imprensa e dura meses a fio, com pesadas derrotas impostas ao governo.

O deputado César Maia (PDT-RJ) tem sido um dos mais ativos nos cortes no orçamento. Na semana passada, ele apresentou uma série de emendas propondo uma redução de 14,6% no total do orçamento, que é de Cr\$ 10,05 trilhões. Os cortes patrocinados por Maia representam Cr\$ 1,47 trilhão, mais de 8 bilhões de dólares, ou 2,7% do Produto Interno Bruto (PIB).

Um alto funcionário do Ministério do Planejamento acha que os cortes patrocinados pelo deputado petista são até bem vindos pelo governo. No entanto, coloca em dúvida a possibilidade de essas emendas passarem pelo crivo do plenário do Congresso, quando o orçamento estiver sendo votado, o que, pelo cronograma da Comissão, ocorrerá em 15 de dezembro.

É o caso, por exemplo, do corte proposto no subsídio de equalização de preços de açúcar e álcool do Nordeste, que pelas contas do governo levará Cr\$ 60 bilhões. Maia quer suprimir totalmente o subsídio do orçamento de 1989, mas pode esbarrar nos poderosos interesses da bancada nordestina, quando ocorrer a votação em plenário.

A Comissão também terá um teste de força com o governo quando for votar a rolagem das dívidas dos estados para 1989. O governo incluiu no orçamento para 1989 o pagamento, por parte dos estados, de 25% do serviço da dívida a vencer no próximo ano.

Os estados, porém, se rebelaram e estão pressionando a Comissão de Orçamento a aprovar o pagamento de apenas 10% do montante.

Esse impasse, aliás, caminha para uma solução claramente política. Os governadores, capitaneados por Orestes Quercia, de São Paulo, e Newton Cardoso, de Minas Gerais, cansaram de bater às portas dos ministérios da área econômica — que estão intransigentes na defesa do que está consignado no orçamento original — e partiram para um confronto com o governo. A reunião dos governadores com o presidente do PMDB,

Ulysses Guimarães, na última quinta-feira, produziu seu primeiro resultado concreto no dia seguinte, quando o líder do partido na Câmara, Ibsen Pinheiro, patrocinou a apresentação do projeto formulado pelos governadores, derrubando as pretensões do governo.

Os membros da Comissão sabem que terão uma dura batalha pela frente. Ainda mais porque numa reunião realizada em setembro último no Ministério da Fazenda, quando o assunto foi colocado em pauta, um secretário estadual de Fazenda chegou a argumentar que o déficit público não deve ser encarado como problema pelo governo. Mesmo porque, lembrou, os estados não devem comprometer seus caixas porque têm uma campanha eleitoral pela frente.

Nessa questão da rolagem, como observou recentemente o senador Almir Gabriel (PMDB-PA), relator da Comissão, o Congresso terá que mostrar toda a sua competência. Ou seja, não pode tomar uma decisão errada sob o risco de comprometer o orçamento e dar qualquer tipo de pretexto para os que estão acostumados a velhas práticas clientelistas na distribuição de recursos e ainda não se conformaram com os novos poderes do Congresso.

Severino Góes

1 OUT 1988

1

1

1

1

1

1

1

1

1

1

1

1

1

1

1

1

1

1

1

1

1

1

1

1

1

1

1

1

1

1

1

1

1

1

1

1

1

1

1

1

1

1

1

1

1

1

1

1

1

1

1

1

1

1

1

1

1

1

1

1

1

1

1

1

1

1

1

1

1

1

1

1

1

1

1

1

1

1

1

1

1

1

1

1

1

1

1

1

1

1

1

1

1

1

1

1

1

1

1

1

1

1

1

1

1

1

1

1

1

1

1

1

1

1

1

1

1

1

1

1

1

1

1

1

1

1

1

1

1

1

1

1

1

1

1

1

1

1

1

1

1

1

1

1

1

1

1

1

1

1

1

1

1

1

1

1

1

1

1